

ARTIGO | PAPER

A CONEXÃO POSSÍVEL: A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

THE POSSIBLE CONNECTION: THE ARCHAEOLOGICAL HERITAGE MANAGEMENT IN PROTECTED AREAS

Leandro Silva^a

^a Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, Analista Ambiental da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM-MG), e-mail: leandro.vieira@meioambiente.mg.gov.br.

RESUMO

As finalidades, o valor e as formas de atuação de gestores e arqueólogos quanto à gestão do patrimônio arqueológico em unidades de conservação são analisados sob a luz da realidade administrativa dessas áreas protegidas. Discutir sobre o diferencial dessas áreas para a arqueologia e o papel daqueles agentes enquanto promotores desse patrimônio são os principais objetivos desta publicação. Assim, foram apresentadas a legislação federal relacionada às unidades de conservação, especificamente, no que se refere aos campos da educação e do turismo e que podem dialogar diretamente com a arqueologia; as correntes teóricas que influenciam a administração desses espaços e sua repercussão em relação ao patrimônio arqueológico; os elementos que fazem das unidades de conservação como locais privilegiados para a arqueologia e, por fim, foram expostas diversas atividades que os arqueólogos podem desenvolver nestas áreas.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Arqueológico, Unidades de Conservação, Educação, Turismo

ABSTRACT

The purposes, value and forms of action of managers and archaeologists regarding the management of archaeological heritage in protected areas are analyzed in light of the administrative reality of these territories. Discussing the differences between these areas for archaeology and the role of these agents as promoters of this heritage are the main objectives of this publication. Thus, the federal legislation related to protected areas was presented, specifically with regard to the fields of education and tourism, which can directly interact with archaeology; the theoretical currents that influence the administration of these spaces and their repercussions in relation to archaeological heritage; the elements that make conservation units privileged places for archaeology; and, finally, several activities that archaeologists can develop in these areas were exposed.

KEYWORDS

Archaeological heritage, Protected Areas, Education, Tourism

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SILVA, Leandro. A conexão possível: a gestão do patrimônio arqueológico em unidades de conservação. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXII, n. 43, p. 13-36, Jan-Jun. 2025.

Introdução

A divulgação dos atrativos naturais é um dos objetos centrais das unidades de conservação e isso também se aplica aos atrativos culturais que possam estar situados no interior dessas áreas protegidas. O objetivo deste artigo é colocar em debate o conteúdo apresentado nos dispositivos legais associadas às unidades de conservação, com ênfase para as questões da educação e do turismo e de apresentar diversas linhas de trabalho, nas quais os arqueólogos e gestores de unidades de conservação possam promover a extroversão patrimônio arqueológico.

Para tanto, a fim de iniciar essa discussão, será discutida a lei federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza promulgada no ano 2000, conhecida como “Lei do SNUC”, e o seu respectivo decreto federal chancelado em 2002. Em seguida, serão apresentadas as duas principais correntes teóricas vigentes quanto à gestão de unidades de conservação e como elas impactam na tomada de decisões sobre o patrimônio arqueológico. E por fim, serão apresentadas algumas ações de ordem prática para a atuação dos arqueólogos, enquanto um campo de trabalho promissor e que ainda precisa ser melhor explorado pela classe.

Frações no ordenamento jurídico sobre educação e turismo em Unidades de Conservação

A tradicional missão dos setores de educação dos órgãos ambientais, que administram as unidades de conservação municipais, estaduais e federais, vem sendo atualmente repensada dentro do contexto das mudanças climáticas. As gerações anteriores de estudantes brasileiros já tinham recebido durante a sua formação escolar, os conceitos fundamentais de ecologia e da importância quanto à conservação dos ecossistemas. E agora, assiste-se uma discussão em escala globalizada sobre o fenômeno das mudanças climáticas, as quais são amplamente discutidas no mundo acadêmico e nos veículos de comunicação de massa. Decerto, pesquisadores brasileiros e estrangeiros de várias disciplinas têm pesquisado sobre os diversos impactos dessas mudanças sobre os patrimônios naturais e culturais (ZANIRATO, RIBEIRO, 2006; GIBSON, 2006; NOAH'S ARK PROJECT, 2007; SABIONI, BONAZZA, MESSINA, 2007; UNESCO, 2007; IPCC, 2014; COELHO, 2018; SESANA *et al*, 2019; ICOMOS, 2019; HARRISON, 2020; Carvalho *et al*, 2024). Especificamente, para o caso do patrimônio arqueológico, procura-se debater como as mudanças climáticas podem determinar um novo modo de administrar e usufruir dos bens arqueológicos (CAMPOS, CARVALHO, SILVA, 2021).

Disponibilizados na internet e nas redes sociais para profissionais, tais publicações referenciadas acima, apresentam-se em diversas formas como relatórios de organizações internacionais, trabalhos acadêmicos, relatos de experiências pessoais e publicações governamentais, indicando que esta pauta está presente na agenda global. Entretanto, apesar dessa tentativa de conscientização, o processo de destruição das paisagens naturais vem ocorrendo de forma ininterrupta e com ele a ameaça ao patrimônio arqueológico, conforme a explanação de Lima (2007):

No atual quadro de mudanças climáticas e acelerada degradação ambiental, com o esgotamento de um amplo leque de recursos fundamentais para a humanidade e inúmeras espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, o patrimônio arqueológico- de natureza frágil finita e não-renovável- soma-se aos outros domínios atingidos por essa conjunção de forças. Impactado por fatores naturais e, sobretudo, antrópicos, ele está desaparecendo rapidamente. O ritmo vertiginoso dessa destruição torna necessário produzir estratégias de preservação com a mesma velocidade, cabendo no caso destacar que a sobrevivência de bens arqueológicos só é possível se o meio ambiente onde ele se encontra for igualmente preservado (2007: 07)

Assim, por se tratar de uma problemática bastante ampla, na qual todas as ações em prol da conservação dos ecossistemas contribuem de alguma forma para proteção dos ecossistemas e, por extensão do patrimônio arqueológico, o artigo inicia-se focado na educação e no turismo, os quais estão presentes de forma fragmentada na Lei do SNUC (2000) e do seu respectivo Decreto (2002). Primeiramente, vejamos as passagens que a Lei do SNUC (2000) refere-se à educação e ao turismo para as unidades de conservação:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

[...]

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:

[...]

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

[....]

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo

com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

[...]

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica

[...]

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

[...]

II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;

Já o Decreto Federal n. 4.340 de 2002, o qual regulamenta a Lei do SNUC de 2000, apresenta as seguintes passagens:

Art. 17. As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei no 9.985, de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, **arqueologia** e povos indígenas e assentamentos agrícolas. [grifo meu]

Art. 25. É possível de autorização a exploração de produtos, sub-produtos ou serviços inerentes às unidades de conservação, de acordo com os objetivos de cada categoria de unidade.

[...]

I - Aqueles destinados a dar suporte físico e logístico à sua administração e à implementação das atividades de uso comum do público, tais como visitação, recreação e turismo;

Art. 27. O uso de imagens de unidade de conservação com finalidade comercial será cobrado conforme estabelecido em ato administrativo pelo órgão executor.

Parágrafo único. Quando a finalidade do uso de imagem da unidade de conservação for preponderantemente científica, educativa ou cultural, o uso será gratuito

Art. 33. A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei no 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

[...]

Parágrafo único. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

[...]

III - implantação de programas de educação ambiental;

De acordo com pesquisadores da área, o patrimônio cultural é socialmente construído (ZANIRATO, 2018; VITOR, 2020) e essas duas normativas proporcionam uma possibilidade de conexão direta com o patrimônio arqueológico, a partir da educação e do turismo. Na contemporaneidade, acreditamos que para a construção desse patrimônio, os trabalhos devem ser concebidos de forma integrada entre a esfera do meio ambiente e a esfera cultura, de maneira que um possa complementar o outro, potencializando-se os diversos aspectos que esses domínios podem oferecer à população. Nesse sentido, ainda na perspectiva dessas duas normativas, para que o público em geral compreenda a relevância do patrimônio arqueológico presentes em uma determinada unidade de conservação são consideradas como condições indispensáveis:

1. O esclarecimentos das possibilidades e os limites de cada categoria de unidades de conservação, a exemplo das Estações Ecológicas que são bastantes restritas ao uso público ou as Áreas de Proteção Ambiental por serem as mais permissivas para as atividades humanas¹;
2. A ciência quanto à importância do Plano de Manejo, pois trata-se do documento que dispõe e define todas as atividades que podem ser desenvolvidas e, por essa razão, arqueólogos e gestores devem participar de forma ativa durante a sua elaboração.
3. O conhecimento com a devida profundidade sobre o patrimônio arqueológico que está localizado dentro dos limites da área protegida, para que os conteúdos sejam repassados de forma adequada para o público.

Ressalta-se ainda que, seja na linha da educação patrimonial, na linha da arqueologia pública ou na linha do arqueoturismo, a pouca disponibilidade de informações veiculadas ao patrimônio arqueológico aos alunos em escolas ligadas às comunidades de baixa renda impacta diretamente na adoção das estratégias para promover uma relação com o patrimônio arqueológico que está situado no interior das unidades de conservação, muito embora diversas comunidades já tenham um contato direto com o patrimônio arqueológico, mas sem percebê-lo dessa maneira, como ocorre na Amazônia (SCHANN, 2007). Essa condição exige que gestores, arqueólogos e educadores elaborem atividades de forma mais lúdicas ou baseadas em recursos audiovisuais a fim de preparar o público para a visitação.

Dentre os dois instrumentos normativos, destaca-se o decreto, no seu artigo 17, parágrafo

¹ Conforme a Lei do SNUC, as unidades de conservação estão divididas em dois grupos: as de uso sustentável e as de proteção integral. Ressalta-se que as Áreas de Proteção Especial (APE) não são unidades de conservação. Consideram-se apenas como unidades de conservação aquelas que estão mencionadas na referida Lei Federal.

1, onde se lê:

A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas (BRASIL, 2002)

Nesta passagem há menção explícita à Arqueologia e por extensão, aos órgãos que lhe compete, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e os órgãos estaduais e municipais de cultura. Contudo, na prática profissional do autor desse trabalho, sendo arqueólogo de órgão ligado à pasta ambiental, afirma que foram poucas ocasiões em que houve algum tipo de parceria com órgãos públicos ligados à pasta da cultura. Por outro lado, as poucas experiências que ocorreram, foram extremamente profícias e que proporcionaram ótimas experiências.

Talvez, a razão desse distanciamento seja, principalmente, pela falta de arqueólogos nos quadros técnicos dos órgãos culturais. No próprio IPHAN, órgão máximo que representa os interesses do patrimônio arqueológico nacional há um problema crônico em relação à falta de profissionais, conforme expôs Saladino (2014) e apesar do trabalho ter sido publicado há mais de dez anos atrás, seu conteúdo ainda continua bastante atual. Assim, suspeita-se que seja um problema generalizado por todo o Brasil, pois não há uma presença expressiva de servidores como formação em Arqueologia nos órgãos ligados às pastas da cultura e, quanto aos órgãos ambientais, supõe-se que ela seja ainda mais rarefeita².

O destaque em relação aos aspectos educacionais conferida às unidades de conservação pela Lei do SNUC e, pelo seu respectivo decreto, tem por objetivo chamar a atenção dos arqueólogos e gestores de unidades de conservação para essa lacuna. Existe um campo de atuação para ser explorado pela arqueologia brasileira e que, por meio de pesquisas, projetos de preservação, de educação e de visitação planejada, pode-se levar a um padrão qualitativamente mais elevado de atuação em relação às questões patrimoniais.

Mesmo dispostas de maneira fragmentada, é possível entrever nas orientações contidas na Lei Nacional do SNUC e do seu respectivo decreto para as atividades associadas à educação e ao turismo, a crença no direito ao acesso da população brasileira às áreas verdes, enquanto forma de contato com um ambiente ecologicamente saudável e da realização de atividades de cunho educacional para que o público possa ampliar o seu entendimento sobre a natureza e, por extensão, do seu passado através dos vestígios arqueológicos que possa existir nessas áreas.

Essa possibilidade permite expandir os horizontes de comunidades locais, de coletivos e do público geral de forma crítica com o seu patrimônio e reconhecer nele as suas raízes mais profundas, apesar das contradições do próprio poder estatal que administra as unidades de con-

² Embora não existam dados oficiais em relação ao quantitativo de arqueólogos em secretarias de meio ambiente, o autor desse artigo é o único servidor efetivo da secretaria de meio ambiente do seu Estado, Minas Gerais, que possui formação em Arqueologia e que atua na área.

servação, à exceção das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN's). Como afirmou Bezerra (2015): “As tensões provocadas têm sua matriz na lógica subjacente à noção de patrimônio- uma categoria forjada pelo Estado – cuja natureza substantiva é contrária aos processos de autorrepresentação e de construção de identidade” (2015: 220).

Unidades de Conservação e patrimônio arqueológico: as duas correntes teóricas sobre a gestão dos espaços ecológicos

A defesa pela presença indispensável de unidades de conservação em todos os tipos de ecossistemas no Brasil e do patrimônio arqueológico, por serem ambos- meio ambiente e cultura- afeitos aos mesmos princípios de conservação, extroversão, cidadania e diversidade nos seus processos de construção, faz parte um mesmo objetivo em comum quando se trata de paisagens naturais. O “*Manifesto em Defesa das Unidades de Conservação*”, publicada em 2014, pela ONG SOS Mata Atlântica e que diversas instituições como signatárias, dentre elas a WWF- Brasil se reforça como ação coletiva para fazer do Brasil uma nação que valoriza seus patrimônios. Acreditando que as unidades de conservação, particularmente os parques, podem alavancar uma “economia verde”, considerando mais do que projetos meramente técnicos, como uma ação política.

Assim, no bojo dessa mobilização por um Brasil mais ecológico, refletimos que, após de iniciarmos revisitando as duas principais normativas referentes às unidades de conservação, é importante examinar, mesmo que sem maiores minúcias e das quais não cabem neste espaço de discussão, sobre os princípios que incidem sobre a forma de administrar unidades de conservação e que circula entre os profissionais que lidam com a gestão dessas áreas protegidas. Duas correntes de pensamento se destacam, com marcos teóricos e posicionamentos diferenciados em relação aos recursos naturais de áreas preservadas e, por extensão, aos recursos culturais que estão presentes nestas áreas.

Chamada de geocentrismo ou de biocentrismo é a linha teórica que defende a preservação absoluta da natureza diante dos seres humanos. Essa corrente é mais popular entre profissionais das ciências naturais e exatas, como biologia, geologia e engenharias, particularmente, a engenharia florestal. Não abrem mão da perspectiva da “natureza intocada”, percebendo-a como o último refúgio da modernidade e dos impactos provocados pela ação humana. E aqui, nos referimos a essa corrente apenas como “biocentrismo”, pelo fato de que o meio biótico (flora e fauna) seja considerado por seus seguidores como mais importante do que os elementos do meio físico (IBASE, 2006).

Embora seja atualmente a corrente minoritária em contraposição com a próxima que será apresentada, a falta de apreço pela presença humana ainda persiste quanto à forma de gerir áreas ecologicamente relevantes (MONTEIRO, PEREIRA, DEL GAUDIO, 2012; RIBEIRO, 2013; MOTTA, 2021). Tal comportamento pode ser explicado pelo pensamento positivista que tanto marcou a ciência ocidental e que em nome da preservação ambiental justificaram decisões etnocentricamente orientadas, sobretudo a partir dos valores culturais do ocidente. Segundo Pimbert &

Pretty (2000), Daniel Janzen ao escrever para a prestigiada revista “*Annual Review Ecology and Systematics*”, afirmou de forma categórica que somente biólogos deveriam decidir como as paisagens tropicais deveriam ser manejadas, indicando um discurso de privilégio e de exclusividade a uma determinada categoria profissional, em relação a conservação dos recursos naturais.

De fato, o campo das atividades de criação e gestão das Unidades de Conservação (UC) era, até recentemente, um reduto quase exclusivo de biólogos e engenheiros florestais, os quais tratavam com muita competência os problemas que se apresentavam quanto ao meio biótico. Entretanto, os ventos da interdisciplinaridade também chegaram ao universo de trabalho que envolve as Unidades de Conservação. Posteriormente, juntaram-se a esses profissionais, especialistas das áreas de humanas, exatas e outros profissionais das ciências biológicas como: geógrafos, administradores, advogados, engenheiros de várias formações para além da florestal, veterinários, sociólogos, agrônomos, geólogos, arqueólogos, ecólogos, turismólogos, oceanógrafos, etc., onde cada um, com sua própria expertise, estão contribuindo para criação e manejo desses espaços, levantando e tratando de problemas que até então foram mal entendidos, precariamente encaminhados ou que eram, simplesmente, ignorados, a exemplo do patrimônio arqueológico (SILVA, 2021; 2022).

Entretanto, apesar dessa interdisciplinaridade, ainda existe no biocentrismo uma perspectiva de separar de forma binária: sociedade e natureza. Esse pensamento apresenta uma visão monolítica sobre um suposto modelo ideal de conservação da natureza e desconsiderando que existem outras formas de estar, ver e descrever o mundo (KUHN, 1997; HABERMAS, 1999). E como consequência desse paradigma, não se considera, por exemplo, o conhecimento e a cultura tradicionais das populações rurais e nativas, como uma importante variável para a criação e para a gestão de áreas protegidas. Em termos práticos, a ideia é minimizar ao máximo o contato da população com a natureza.

A outra linha de pensamento que se aplica à gestão de unidades de conservação e que vem sendo majoritária na atualidade é a corrente culturalista ou antropocêntrica (IBASE, 2006). Essa corrente considera que os seres humanos enquanto agentes culturais, não são apenas “seres naturais” como a flora e a fauna. Essa linha de trabalho comprehende que não se pode separar sociedade e natureza e que os seres humanos devem ter amplo contato com os elementos dos meio físico e biótico para compreender a importância dos processos de preservação dos ecossistemas.

E mais além, acreditam que o sucesso ou o fracasso da gestão de uma determinada unidade de conservação vai depender diretamente do entendimento que a população local e visitante tem sobre o meio ambiente. Em termos práticos, a ideia da corrente socioambiental é elaborar conhecimentos em comum, de forma dialógica entre os gestores e o público, de forma a estimular a necessária modificação de representações, comportamentos e tomada de decisões, tratando os ecossistemas como uma representação social (IBASE, 2006).

Dessa forma, as duas correntes de gestão de unidades de conservação impactam diretamente a questão sobre o acesso dos cidadãos aos sítios. A linha “biocentrista” coaduna com a ideia, que muitos arqueólogos brasileiros possuem, de que sítios arqueológicos não devem ser

visitados por leigos. Enquanto que a linha “socioambiental” está consoante com a concepção de que a população brasileira precisa entrar em contato com seu patrimônio arqueológico para que possa compreendê-lo e assim, preservá-lo.

Neste sentido, a ideia de provocar interações entre a população e o patrimônio arqueológico faz emergir outra problemática nesta discussão: a população brasileira de uma forma geral não recebeu uma formação elementar em relação ao patrimônio arqueológico durante a fase escolar, apesar de muitas delas estarem em contato com o patrimônio arqueológico em seu cotidiano. Isso se expressa, a título de exemplo, com a habitual confusão com a paleontologia e que ocorre em todas as faixas etárias e graus de escolaridade. Essa situação é um dos principais desafios que as atividades de mediação e extroversão do patrimônio arqueológico têm para lidar com os mais variados públicos, como visitantes, jornalistas, autoridades, turistas, escolares, universitários, moradores do entorno, etc. (SILVA, 2020; SILVA, AMARAL, 2023)

Encerramos esta parte reafirmando o papel das unidades de conservação para na preservação e na divulgação do patrimônio arqueológico, retomando o *“Manifesto em defesa das Unidades de Conservação”* em sua parte final, ao discorrer que:

O Brasil precisa aproveitar essa oportunidade e reconhecer as Unidades de Conservação como o maior ativo deste país, conciliando desenvolvimento com a conservação dos recursos naturais. Ao valorizar e investir em seus patrimônios naturais, também se fortalecerá como destino turístico. Infelizmente, hoje nem os brasileiros nem os turistas estrangeiros podem usufruir adequadamente dessas riquezas (SOS Mata Atlântica, 2014)

Entre as duas correntes teóricas, a escolha pela democratização do patrimônio arqueológico

A partir da infância e crescendo com o convívio com os familiares e o meio social, os cidadãos já vem sendo apresentados ao passado humano desde cedo, quando ouvem histórias de antigos parentes e ancestrais, visitam casas antigas, passam por locais que possuem algum tipo de história ou mesmo lendas que lhes são contadas pela tradição oral. Neste processo, as escolas locais podem ser aliadas da unidade de conservação ao se aproveitar dessas vivências, contudo a comunidade escolar ainda não explorou toda a potencialidade didática que o patrimônio arqueológico pode oferecer.

A democratização do patrimônio arqueológico, e aqui optamos pela segunda corrente teórica apresentada acima, depende de mudanças estruturais. Está sujeito, dentre outros, à abolição de privilégios das camadas dominantes, incluindo arqueólogos que pertencem a essas camadas dominantes, cabendo-lhes uma autorreflexão quanto às suas regalias que por ser provenientes de vários aspectos e seus lugares de fala como: masculinidade, branquitude, riqueza e heteronormatividade. Seria ingênuo apostar em mudança cultural tão profunda, se ela não vier a reboque com outras mudanças complexas.

E ademais, segundo o sociólogo Bauman (2006), vivemos uma modernidade líquida, isto é, alicerçada na ideia de que os meios de produção e os meios materiais que conduzem a vida vão diluindo a sociedade, onde a cada dia as pessoas devem se reinventar, onde há o surgimento de novas narrativas e de inovações, etc, e isso também terminou por afetar as relações humanas, tornando-as efêmeras. Ser líquido para o pesquisador significa que a vida não se sustenta por muito tempo, pois tudo que é sólido, hoje se desmancha de forma muito rápida. Dentro desse mesmo pensamento de rápidas mudanças, a unidade de conservação tem o dilema de acompanhar tudo isso e por serem geridas pelo poder público, apresenta certa morosidade para se adaptar diante da velocidade de tantas mudanças.

É neste contexto sociocultural desfavorável que se desenvolve a ação dos arqueólogos que atuam, direta e, geralmente, com os indivíduos das classes mais pobres da população brasileira. É desafiador e é preciso estar consciente do contexto e ser criativo para encontrar meios mais adequados para que público entenda a importância do patrimônio arqueológico e os motivos para sua preservação, diante das assimetrias sociais e da modernidade líquida. Em face dessa situação, acreditamos que existe apenas uma forma do arqueólogo atuar em unidades de conservação: apresentar o patrimônio arqueológico que esteja ligado à história do seu público local. A população local é a maior parceira de qualquer unidade de conservação e em nossa experiência, afirmamos que a população local não se interessa se o que lhe é oferecido estiver fora da sua realidade.

A população interage com o patrimônio arqueológico por meio de um processo que envolve pensamentos, reflexões, emoções e sensações (LEITE, 2014; BEZERRA, 2017). Não se cria o interesse pelo patrimônio arqueológico, se essa não estiver ligada à vivência do público, quer seja no sentido cultural ou ambiental, ao compartilhar com os diferentes vestígios daqueles que já se foram experiências que envolvem as mesmas paisagens, os mesmos territórios e os mesmos cenários que as unidades de conservação preservam dentro dos seus polígonos.

Os diferenciais das unidades de conservação: a preservação das paisagens e o tempo

Se a extroversão do patrimônio arqueológico em unidades de conservação não é feita de maneira constante e com a excelência almejada isso se deve a alguns elementos que já foram apresentados neste artigo, assim como outros iremos tratar. O primeiro elemento é a grande diferença que existe entre as unidades de conservação no país em relação à infraestrutura e às variáveis políticas onde elas estão localizadas. Existem aquelas que possuem excelentes infraestruturas, equipes de funcionários altamente qualificados e que oferecem diversos tipos de usos públicos para a população. E caminhando para o outro extremo dessa escala, existem unidades de conservação que nem mesmo possuem gerentes para administrá-las, não há qualquer infraestrutura e estão esquecidas pelo poder público. Eventualmente, essas áreas são denominadas informalmente de “unidades de conservação de papel”, pois só existem nos seus decretos de criação (AMBROSIO, 2014; TOFETI, CAMPOS, 2019; ARRUDA, FEDEL, 2020; FOLI, FARIA, 2020;

SILVA et al, 2024).

Apesar das diferenças monumentais entre as unidades de conservação mais bem equipadas e as mais carentes, espera-se que a unidade de conservação, mesmo aquela mais desprovida, pode e deve almejar a posição de um espaço distinto para promover o patrimônio arqueológico, pois a divulgação da importância desse patrimônio fortalece a própria área protegida ao demonstrar para a sociedade a sua relevância científica e sociocultural, a qual deve ser mantida e preservada diante de possíveis ameaças de desafetação. Neste ínterim, os gestores e demais profissionais podem apropriar dos pressupostos metodológicos que campos como a Museologia e o Turismo vem tentando elaborar de forma contínua ao longo do tempo.

Especificamente na Arqueologia, pesquisas de mestrado e de doutorado têm proporcionado inúmeros trabalhos científicos realizados dentro dos limites das unidades de conservação (VELOSO, 2006; ANDRADE, 2013; GOMES, 2015, SILVA, 2023; SILVA, LIMA, TAMANAHA, 2023; LUCENA, 2024). Naturalmente, não se pode esquecer que mesmo com alguns progressos e da potencialidade das unidades de conservação, ainda há um significativo descompasso entre o ideal e o real e isso implica em vontade política, posto que, com exceção das RPPN's, todas as outras unidades de conservação são geridas pelo poder público. Mas de toda forma, há dois elementos que contribuem de forma muito decisiva para considerar as unidades de conservação como um espaço privilegiado para o patrimônio arqueológico: a preservação das paisagens e o tempo.

Enquanto espaços oficialmente preservados pelo poder público, as unidades de conservação têm a missão de proteger toda a área que está no interior dos seus limites e, dessa forma, não somente os sítios arqueológicos estão preservados, mas as paisagens do seu entorno também estão conservadas. As paisagens do entorno dos sítios são fundamentais para as pesquisas de cunho científico, pois elas contribuem para elucidar diversas questões que envolvem a pesquisa arqueológica, a exemplo de coletas palinológicas em ambientes sedimentares para investigar aspectos paleoambientais, como ocorreu no Parque Estadual da Serra do Cabral, Minas Gerais (PIRES, 2014) ou investigar a gênese cárstica para compreender a formação do sítio arqueológico Lapa Vermelha IV, onde foram encontrados ossos da mulher batizada de “Luzia” no Monumento Natural Estadual da Lapa Vermelha, também em Minas Gerais (MALTA, 1995).

Em relação ao aspecto temporal, as unidades de conservação são áreas relativamente estáveis do ponto de vista institucional e que proporcionam aos profissionais perspectivas de trabalhos de longa duração. Ao contrário do licenciamento ambiental, no qual há descontinuidades e interrupções nos projetos por diversos fatores, os programas acordados como os de educação patrimonial apresentam o período de vigência a partir do contrato assinado com o empreendedor e após seu término, os trabalhos são encerrados. Em contrapartida, nas unidades de conservação é possível realizar parcerias com o gestor e desenvolver trabalhos de maior longevidade. Atividades que explorem a potencialidade do patrimônio arqueológico são de interesse dos gestores, pois sua divulgação também promove e fortalece a unidade de conservação.

Ações para a gestão do patrimônio arqueológico

Diversas linhas de trabalho podem ser realizadas em unidades de conservação, para diversos fins e para diversos tipos de público. Não se pretende esmiuçar em detalhes cada tipo de ação em particular, mas apenas apontar algumas das principais linhas do “fazer arqueológico” em unidades de conservação. Assim, a partir da nossa experiência, elencamos seis atividades: educação patrimonial, turismo arqueológico, arqueologia pública, conservação dos sítios, processos de tombamentos e apoio a museus.

A educação patrimonial é uma linha de atuação em que os arqueólogos podem realizar dentro ou fora dos limites da unidade de conservação, podendo ser realizada em bibliotecas públicas, museus, centros culturais, associações de bairro, auditórios, espaços da prefeitura, universidades, etc. E quanto aos referenciais teórico-metodológicos de atividades práticas que podem ser desenvolvidas, há uma bibliografia disponível com uma diversidade de abordagens e que podem ser aplicados no contexto das unidades de conservação (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999³; SILVEIRA, BEZERRA, 2007; CARNEIRO, 2009; SILVA, 2010; SCHIAVETTO, GILAVERTE, ANDRADE, 2013; SILVA, 2014; FLORÊNCIO *et al*, 2014; LIMA, 2015, SILVA, 2015; MACEDO, 2017; ANDRADE, 2019; DUARTE, GARCIA, 2021), permitindo a transmissão das informações de conteúdos inteligíveis para o público leigo e a partir de abordagens decoloniais (AMARAL, RANGEL, 2017; SMITH, 2021).

Ressalta-se sobre a importância de que o público, especialmente os estudantes, leve para suas casas materiais informativos para compartilhar com os integrantes da sua família e do seu convívio social. Essa atividade pode ser executada juntamente com as ações de educação ambiental e tratando os diferentes conhecimentos de forma interdisciplinar podem proporcionar conteúdos interessantes para o público.

O turismo arqueológico ou arqueoturismo é outra linha de trabalho a ser desenvolvido em unidades de conservação, tendo em vista que a Lei do SNUC e seu respectivo decreto estimulam as atividades turísticas nestas áreas. Segundo Airoza (2016), o patrimônio arqueológico cria, acirra e fortalece as relações sociais, sobretudo quanto estão em contextos turísticos. Contudo, ainda existe certa resistência de parte da comunidade acadêmica ao arqueoturismo, como afirmou Guimarães (2012):

Desenvolver projetos de turismo num ambiente acadêmico, com atores de áreas distintas, ainda é um desafio. Como para a arqueologia brasileira, no âmbito das discussões acadêmicas, esse tema é relativamente novo, são frequentes as opiniões preconceituosas em relação à atividade turística. Qualquer discussão parece menosprezá-la, tanto enquanto

³ O “Guia básico de educação patrimonial” (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999) foi durante muito tempo uma grande referência teórica e prática em todo o Brasil. A obra foi desenvolvida no contexto do Museu Imperial de Petrópolis e apesar das mudanças que aconteceram na área, sobretudo com questões como a reivindicação de diversidades e de abordagens descolonizantes sobre o passado, a obra continua sendo uma referência, porém adaptada diante dos novos referenciais vigentes na atualidade.

atividade econômica complexa, quanto como ciência, na qual existem profissionais qualificados, produzindo conhecimentos que nem sempre estão sendo aplicados pelo poder público. As opiniões simplistas chegam mesmo a desprezar o potencial benéfico da atividade nos campos social, cultural e econômico, bem como ignoram a formação acadêmica do profissional da área. (GUIMARÃES, 2012)

De toda forma, apesar de alguns círculos ainda resistirem, assiste-se um crescente interesse em desenvolver o potencial turístico do patrimônio arqueológico. Tresseras e Guerra (2009) destacam as seguintes atividades:

Visitas a sítios arqueológicos ao ar livre, sítios arqueológicos em subsolo, sítios arqueológicos em cavernas e abrigos, sítios arqueológicos subaquáticos, museus e/ou coleções arqueológicas, visitas teatralizadas a sítios arqueológicos. Assistência a espetáculos de som e luz em sítios arqueológicos, assistência a festivais e concertos em sítios arqueológicos, participação em eventos de recreação histórica, participação em projetos de escavação arqueológica como voluntário, participação em projetos de escavação arqueológica como profissional, alojamento em hotéis de temática arqueológica. Ida a restaurantes como menu de recreação histórica. Compra de artesanato relacionadas a sítios arqueológicos, de souvenires relacionados a sítios arqueológicos de guias ou mapas de sítios arqueológicos e de publicações científicas.⁴

Concordamos com o posicionamento do IPHAN (2010), quanto ao entendimento de que o turismo arqueológico é também uma estratégia de preservação do patrimônio, enquanto uma alternativa para o desenvolvimento sustentável e como instrumento de ação política que pode promover o fortalecimento da autoestima, a legitimação de identidades e a constituição da cidadania. Todavia, é preciso ressaltar que o turismo é um empreendimento que visa o lucro e mesmo em unidades de conservação ele é possível de provocar sérios impactos aos patrimônios naturais e culturais (RUSCHMANN, 2009). O planejamento do uso público dos sítios torna-se uma etapa fundamental antes de qualquer visita aos sítios e a atuação do arqueólogo deve ocorrer em todas as etapas do roteiro (VIEIRA, 2020; SILVA, 2025).

A arqueologia pública e colaborativa é outro segmento que sempre promove divulgação das unidades de conservação, contribui para a compreensão do registro arqueológico por meio de uma interpretação compartilhada e, acima de tudo, carrega um forte valor sociopolítico. Na medida em que dá voz a segmentos historicamente marginalizados, a bibliografia apresenta inúmeros estudos de caso em que os gestores de unidades de conservação podem consultar, com trabalhos que envolvem tanto comunidades tradicionais, como não tradicionais (SHACKEL, CHAMBERS, 2004; LÓPEZ MAZZ, 2006; FERNANDES, 2008; GREEN, GREEN, NEVES, 2010; PREUCEL, MROZOWISKI, 2010; LIMA, FRANCISCO, 2015; VIEIRA, 2017; CAMPOS, RODRIGUES, FUNARI, 2017;

⁴ Tradução de Fabiana Manzatto (2013) com adaptações.

SOUZA, 2018; LIMA *et al*, 2020, ZAMPARETTI, 2023). E na medida em que as unidades de conservação dispõem do fator tempo para os pesquisadores, ao contrário dos prazos que são estabelecidos nos processos de licenciamento ambiental, a arqueologia pública e colaborativa pode olhar para esses espaços como um lugar privilegiado para trabalhar conjuntamente com os grupos locais, a fim de estabelecer parcerias, interações e diálogos contínuos de forma mais duradoura.

Neste ínterim, abre-se aqui uma breve digressão, entendemos que a arqueologia pública e colaborativa envolve a participação da comunidade desde a concepção do projeto e não apenas como fonte de informação, objeto etnográfico ou na colaboração durante as atividades de campo. Visto por esse viés conceitual, além da proporcionar leituras alternativas sobre o registro arqueológico, essa concepção cria efetivos elos entre a comunidade e o espaço natural, colocando os sujeitos como agentes ativos durante o processo de produção e registro do conhecimento.

Voltando para o contexto das unidades de conservação, as comunidades do entorno são as principais aliadas para manutenção desses espaços protegidos, com a arqueologia pública tornando-se uma opção para criar um vínculo ancestral, afetivo e cultural com esses grupos. Conforme Robrahn-González (2005), a partir do estabelecimento de significados históricos e científicos à cultura material em parceria com as comunidades, é possível estabelecer uma ponte entre os vestígios e as experiências de vida dos moradores.

A conservação dos sítios é mais uma atividade que pode ser aplicada no âmbito dessas áreas verdes. Considerando que o próprio turismo arqueológico necessita de atrativos para estabelecer as políticas de uso público nos planos de manejo, adotar medidas para a conservação dos sítios arqueológicos contra intempéries naturais ou mesmo de impactos humanos é uma importante linha de ação para preservar o patrimônio arqueológico (BROCHIER, 2004; LAVADO, 2005).

Eventos como enchentes, erosões e incêndios devem ser frequentemente monitorados, bem como a ação humana nos sítios e em seus entornos, como capinas, cortes de árvores e outros tipos de desbaste florestal, os quais podem impactar os registros arqueológicos. Além da própria ação fitozoológica, com a presença de raízes entre ruínas, escorregamentos minerais e instalação de colméias de abelhas em painéis com grafismos, etc (LAGE, 2007; ANDRADE, 2018). Soma-se a isso, há atividades de caráter preventivo em razão implantação da infraestrutura para o funcionamento da unidade de conservação, como abertura de estradas, instalação de cercas e construção de alojamentos e mesmo de caráter de restauração, pois as edificações históricas dos períodos colonial, imperial e republicano são passíveis dessas ações.

Os processos de tombamento são mais uma linha de fazer arqueológico que pode ser desenvolvido em unidades de conservação por meio do Decreto-Lei n. 25 de 1937, que estabelece normas para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Contudo, assim como o arqueoturismo, esse campo também apresenta certa resistência por parte de alguns grupos. Esse segmento entende que os tombamentos podem impedir atividades interventivas como trincheiras, abertura de poços-testes e de escavações, tendo em vista que o instrumento do tombamen-

to é mais rígido do que as unidades de conservação (SALADINO, 2008; SANTIAGO, 2015; CRUZ, 2016). Mas a par dessas discussões, bens tombados em uma unidade de conservação reforçam a relevância de uma determinada área frente às possíveis movimentos de desafetação.

Por fim, algumas unidades de conservação possuem coleções arqueológicas ou mesmo, museus institucionalizados e reconhecidos pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) a exemplo do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa, que pertence ao Parque Estadual do Sumidouro, Minas Gerais. No contexto das unidades de conservação é possível estabelecer parcerias e sentimentos de afetividade entre os gestores, os pesquisadores e a comunidade do entorno, por meio da articulação entre os procedimentos museológicos e as iniciativas arqueológicas socialmente engajadas (DIAS *et al*, 2018; SANTOS, 2022).

Entretanto, é necessário frisar que, aquelas unidades de conservação que possuem guarda de material arqueológico além de necessitarem de arqueólogos, ainda precisam contar com profissionais da museologia e da conservação, posto que as coleções correm o risco de serem armazenadas de forma equivocada e que acabar acelerando o processo de degradação dos vestígios.

Considerações finais

Retomando as questões que foram apresentadas ao longo deste artigo, a fim de que a promoção do patrimônio arqueológico seja possível, é preciso compreender as unidades de conservação como locais privilegiados para a ação arqueológica. Esses espaços apresentam diversas singularidades, conforme foi apresentado ao longo do artigo: 1-uma legislação, ainda que fragmentária, mas que menciona a arqueologia como um elemento importante que contribui para o manejo dessas áreas; 2-os referenciais de gestão que são correntes entre os administradores de unidades de conservação pelo Brasil, com destaque para a concepção antropocêntrica que valoriza as questões socioculturais; 3- a compreensão de que as unidades de conservação são espaços excepcionais por proporcionarem áreas preservadas para a pesquisa acadêmica e ainda possibilitar o desenvolvimento de projetos de longa duração; 4- a diversidade de linhas de atuação como educação patrimonial, turismo arqueológico, arqueologia pública, ações de conservação e restauro e no apoio às atividades referentes aos museus de unidades de conservação.

Naturalmente, que seria ilusório pensar que o patrimônio arqueológico, isoladamente, proporciona as condições de gerar uma mudança. Para tanto, é preciso que o arqueólogo e o gestor agreguem outros agentes para o trabalho de promoção, representados normalmente por organismos externos às unidades de conservação, como líderes comunitários, associações de sindicatos, escolas, museus, bibliotecas públicas, grupos de manifestações artísticas, entidades ambientais, organizações não governamentais, etc, e no âmbito da gestão interna, os conselheiros das unidades de conservação, os quais são grandes aliados para a manutenção dessas áreas.

Por menor que a contribuição possa parecer, em razão da grande dificuldade em prote-

gê-las, tais áreas desempenham um papel importante para promover a pesquisa, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico. Apesar dessa potencialidade, também existam desafios como a carência de profissionais com formação em arqueologia no serviço público, a falta de investimentos em recursos humanos, financeiros e materiais por parte dos governantes e os efeitos comportamentais da atual “modernidade líquida”.

Não obstante, se mantém a convicção de que o potencial dos fazeres arqueológicos no contexto das unidades de conservação é de oferecer aos indivíduos, vindos dos mais variados backgrounds socioculturais, a oportunidade de usufruir da cultura material para obter cultura, conhecimentos e sensações, de forma a moldar sua visão de mundo e, paralelamente, da expectativa que arqueólogos atuem como mediadores por excelência, com a capacidade de perceber a lógica dos domínios que devem vincular: o domínio do patrimônio arqueológico e o domínio dos visitantes.

Referências bibliográficas

- AIROZA, Maíra. Sítio arqueológico, turismo e comunidade local: reflexões a partir do olhar dos moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Amazônia. Dissertação de Mestrado, UFPA, 101 p., 2016.
- AMARAL, João Paulo; RANGEL, Patrícia. Patrimônio cultural em disputa: considerações acerca das práticas colonizadoras nos processos de patrimonialização. Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 19-44, 2017.
- AMBRÓSIO, Rafaela Vidal. Situação fundiária dos parques estaduais de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Engenharia Florestal, UFLA, p. 156, 2014.
- ANDRADE, Marcela. Conservação Integrada do Patrimônio Arqueológico: uma alternativa para o Parque Estadual Monte Alegre - Pará - Amazônia - Brasil. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 222 p., 2013.
- ANDRADE, Marcela. A Conservação dos Sítios de Arte Rupestre do Parque Estadual de Monte Alegre-PA. PAPERS DO NAEA (UFPA), v. 398, p. 1-35, 2018.
- ANDRADE, C. Educação Patrimonial em Arqueologia: a dinâmica das práticas evidenciando redes de conhecimento. Revista de Arqueologia, v. 32, n. 2, p. 239-255, 2019.
- ARRUDA, Gerardo Clésio Maia; FEDEL, Ivone Rosana. Unidades de Conservação ambiental no Estado do Ceará: implantação e sustentabilidade. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 17, n. 37, p, 213-39, jan.-abr. 2020.
- ASSIS, Nívia Paula et al. Conexões entre arqueologia pública e museologia social: O centro museológico de experimentação comunitária do território Quilombola de Lagoas, PI. Revista de Arqueologia Pública, Vol.12 (2), p.161-180, 2018.
- BEZERRA, Márcia. Na beira da cava: arqueologia, educação patrimonial e direitos humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. Revista de Arqueologia, v. 28, p. 216, 2015.
- BEZERRA, Márcia. Teto e Afeto: Sobre as Pessoas, as Coisas e a Arqueologia na Amazônia. 1. ed.

- Belém: GK Noronha, 108p., 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos Cambridge: Polity. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006
- BRASIL, Decreto-Lei de 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.
- BRASIL. Lei Federal n. 9985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 08 de dezembro de 2024.
- BRASIL. Decreto Federal n. 4.340 de 22 de agosto de 2002. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.
- BROCHIER, Laércio. Diagnóstico e Manejo de Recursos Arqueológicos em Unidades de Conservação: Uma proposta para o Litoral Paranaense. Dissertação de Mestrado, USP, 2004.
- CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito. Criciúma, SC: UNESCO, 2017.
- CARNEIRO, Carla Gibertoni. Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. 2009. Tese de Doutorado, USP, 2009.
- CARVALHO, Aline CAMPOS, Luana; FACHINI, Cristina; SILVA, João Paulo; OTONI, João Pedro. Cultivating resilience: Camburi Quilombos role in preserving local knowledge amid climate change. Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development, v. 1, p. 1-5, 2024.
- COELHO, Carla Teixeira. Gestão de riscos para sítios históricos: uma discussão sobre valor. Tese, UFF, 328 p., 2018.
- CRUZ, Cássia. Parques históricos da Região Metropolitana do Recife: processos de tombamento e preservação do patrimônio arqueológico. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2016.
- DUARTE, A. P. M. P.; GARCIA, J. L. L. Educação patrimonial e a pedagogia freiriana: uma discussão sobre o programa de educação patrimonial da It 138kv Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 120–139, 2021.
- FERNANDES, Tatiana Costa. Vamos criar um sentimento?!: Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação de Mestrado Arqueologia, USP, 2008.
- FIGUEIREDO, S. J. L.; PEREIRA, E. S.; BEZERRA, M. (Org.). Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico. 1. ed. Belém: Iphan, 2012
- FLORÊNCIO, Sônia R. Rampim et al. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan, 2014.
- FOLI, Ana Cristina Araújo; FARIA, Karla Maria Silva de. Oportunidades e Desafios da Criação de Unidades de Conservação: reflexões sobre as experiências no Estado de Goiás, Brasil. Revista Cerrados, Montes Claros, MG, v. 18, n. 2, p. 424-46, jul./dez, 2020

- GIBSON, M. El patrimonio mundial y el reto del cambio climático. *Revista Patrimonio Mundial*, n. 42, p. 2-9, jul. 2006.
- GOMES, Jaqueline. Cronologia e mudança cultural na RDS Amanã: Um estudo da fase Caiambé da Tradição Borda Incisa. Dissertação de Mestrado, USP, 2015.
- GREEN, Lesley Fordred e GREEN, David R e NEVES, Eduardo Goes. Conocimiento indígena y ciencia arqueológica. Los retos de la arqueología pública en la reserva Uaçá. Pueblos indígenas y arqueología en América Latina. Bogotá, D.C.: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, 2010.
- GUIMARÃES, Adriana. Aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico no município de Iranduba, Amazonas. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa. Madrid: Taurus Humanidades, p. 521, 1999.
- HARRISON, R. Heritage futures: comparative approaches to natural and cultural herita-ge practices. UCL press, 2020.
- HORTA, Maria D. L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN Museu Imperial, 1999.
- ICOMOS. The Future of Our Past: Engaging Cultural Heritage in Climate Action. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Educação ambiental em unidades de conservação. Rio de Janeiro, 2006.
- IPHAN. Projeto básico e especificação técnicas para elaboração de projetos de socialização de sítios arqueológicos na Amazônia: musealização, educação e turismo. 2010.
- IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambio Climatico. Impactos, adaptación, y vulnerabilidad: Resumen para responsables de políticas. 2014.
- KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.
- LAGE, M. C. S. M. A conservação de sítios de arte rupestre. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p. 95-107, 2007
- LAVADO, Margarida. A arqueologia da paisagem como instrumento de gestão do patrimônio arqueológico em unidades de conservação ambiental: o caso da apa noroeste do Paraná. Dissertação de Mestrado, USP, 2005.
- LEITE, Lúcio Flávio Siqueira Costa. Pedaços de pote, bonecos de barro e encantados em Laranjal do Maracá, Mazagão, Amapá: perspectivas para uma arqueología pública na Amazônia. Dissertação, UFPA, 150 p., 2014.
- LIMA, Helena Pinto. Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado. *Diálogos*, Maringá, v. 19, n. 1, p. 199-220, jan./abr., 2015.
- LIMA, Helena Pinto et al. Oca, origens, cultura e ambiente: uma proposta de arqueología colaborativa em Gurupá/PA. *Revista de Arqueología Pública*, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 96-128, 2020.
- LIMA, L.; FRANCISCO, G. da S. O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem? Uma experiência de arqueología pública em Paraná – TO. *Revista Arqueología Pública*, Campinas,

- SP, v. 1, n. 1[1], p. 49–62, 2015
- LIMA, Tânia. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 33, p. 5-21, 2007.
- LUCENA, Renata. Arqueologia e Turismo no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Pernambuco: Um Modelo de Arqueoturismo Para o Desenvolvimento Local, 2024.
- MACEDO, Thaisa Dayanne Almeida. “Vou te proteger”: a Educação Patrimonial como estratégia para proteção e valorização do patrimônio arqueológico do município de Felício dos Santos, MG. Dissertação de Mestrado, Diamantina, 175 p., 2017.
- MALTA, Ione. Dinâmica e evolução do sistema carstico da Lapa Vermelha de Pedro Leopoldo, MG. Dissertação de mestrado. USP, 1995.
- MANZATTO, F. Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2013.
- MONTEIRO, Fernanda; PEREIRA, Doralice; DEL GAUDIO, Rogata. Os (as) apanhadores (as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas: entre ideologias e territorialidades. Sociedade & Natureza, Uberlândia, ano 24, n. 3, p. 419-434, 2012.
- MOTTA, Felipe. O conflito sobre a Serra do Gandarela: uma análise deliberativa sistêmica. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 36, n. 105, 2021.
- NOAH'S ARK PROJECT. Global climate change impact on build heritage and cultural landscapes. London: EU, 2007.
- PIMBERTY, M; PRETTY, J. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, USP, 2000.
- PIRES, Gabriela. Estudo palinológico da Vereda do Juquinha/Cuba, Parque Estadual da Serra do Cabral, Minas Gerais, Brasil. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2014.
- PREUCEL, Robert; MROZOWISKI, Stephen (ed). Contemporary archaeology in theory: The New Pragmatism. Wiley-Blackwel, 2 ed, 2010.
- RIBEIRO, Loredana. Cativos do Diamante. Etnoarqueologia, garimpo e capitalismo. Revista Espin- haço, v. 2, p. 153-167, 2013.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Sociedade e Arqueologia. Tese (Livre Docência em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, 2005.
- RUSCHMANN, D. V. M. Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente. 14. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2009.
- SABBIONI, C.; BONAZZA, A.; MESSINA, P. Cambiamenti climatici e patrimonio culturale: contributi sugli effetti dei cambiamenti climatici sul patrimonio costruito e sul paesaggio culturale. Bollogna: CNR, 2007.
- SALADINO, Alejandra. Prospecções na arqueologia brasileira: processos de ressignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico. In: 26ª Reunião da ABA, Porto Seguro. Caderno de Resumos, 2008.

- SALADINO, Alejandra. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. *REVISTA DE ARQUEOLOGIA*, v. 1/2, p. 40-58, 2014.
- SANTIAGO, Djalma Guimarães. A proteção do patrimônio arqueológico: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN. 2015. 101 f. Dissertação de Mestrado, IPHAN, 2015.
- SANTOS, Eduardo. O profissional da arqueologia enquanto educador e mediador cultural: reflexões sobre as práticas da atuação social da pessoa Arqueóloga na educação em museus. Monografia, UFPE, 2022.
- SCHHAN, Denise. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico da Amazônia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 33, p. 109-135, 2007.
- SCHIAVETTO, S. N. de O.; GILAVERTE, A. P.; ANDRADE, D. dos S. de. Projeto arqueologia e educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 7, n. 1[7], p. 138–152, 2013.
- SHACKEL, Paul; CHAMBERS, Erve. *Places in mind*. In: *Public Archaeology as applied anthropology*. New York/London: Routledge, 2004.
- SESANA, E.; BERTOLIN, C.; GAGNON, A. S.; HUGHES, J. J. Mitigating climate change in the cultural built heritage sector. *Climate*, v. 7, n. 7, 2019
- SILVA, Leandro Vieira da. Unidades de conservação e patrimônio arqueológico: considerações sobre o papel da educação patrimonial nos dias atuais. *REVISTA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA*, v. 14, p. 129-144, 2020.
- SILVA, Leandro Vieira da. O sagrado e o profano nas Unidades de Conservação: os conflitos socioambientais sobre o manejo de lugares mágico-religiosos. In: *Anais do CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 20, Belém: Universidade Federal do Pará, p. 1-15., 2021
- SILVA, Leandro Vieira da. O turismo em espaços religiosos no interior de Unidades de Conservação: a emergência de uma debate entre meio ambiente, sociedade e ética. In: *Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente: avanços, retrocessos e novas perspectivas*. 1ed. Guarujá: Científica Digital, v. 3, p. 211-232., 2022.
- SILVA, Leandro Vieira da; AMARAL, Alex. Relação com a população local. In: Denize Nogueira; Adélia Silva. (Org.). *Manual do Gestor de Unidades de Conservação*. Belo Horizonte: SEMAD, 1ed, p. 104-106, 2023.
- SILVA, Leandro Vieira da. Turismo arqueológico e sustentabilidade ambiental: planejamento de ações para o Parque Estadual da Cerca Grande (MG) e para o Parque Natural Municipal Marinho da Barra (BA). Monografia de Pós-Graduação em “Turismo e Meio Ambiente”, Universidade de Araraquara, 2023.
- SILVA, Leandro Vieira da. Turismo arqueológico em Unidades de Conservação: experiências, desafios e perspectivas no Parque Estadual da Serra do Cabral, Minas Gerais. *Revista Noctua*, v. 1, p. 29-40, 2025.
- SILVA, Maurício; LIMA, Marjorie, TAMANAHA, Eduardo. A coleção arqueológica da Rádio Comuni-

- tária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas, histórias de uma coleção parente. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 12, p. 139-166, 2023.
- SILVA, Rodrigo M. D. D. Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 56, p. 207-224, abr./jun. 2015.
- SILVA, Selma Lima da. Contexto comunitário e educação patrimonial : um estudo de caso em União dos Palmares-AL / Selma Lima da Silva. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2010.
- SILVA, Thiago; ROCHA, Rogério; JORDÃO, Luciana; TÁRREGA, Maria. Para além do papel: estudo das unidades de conservação brasileiras. *Interações (Campo Grande)*, 25, 2024.
- SILVA, Valber Souza. Os velhos caminhos de Congonhas numa perspectiva de educação patrimonial. 2014. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, USP, 2014.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: ECKERT, Cornelia; LIMA FILHO, Manuel Ferreira.; BELTRÃO, Jane (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Florianópolis: Nova Letra/ABA/Fundação Ford, p. 81-100, 2007.
- SMITH, Linda. *Decolonizing Methodologies Research and Indigenous Peoples*. 3. ed. London: Zed Books, 2021.
- SOS Mata Atlântica. Manifesto em Defesa das Unidades de Conservação Disponível em: <https://www.sosma.org.br/noticias/sosparquesdobrasil-manifesto-em-defesa-das-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.
- SOUZA, Laize Carvalho de. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. *Cadernos do Lepaarrq*, v. XV, n.30., p. 80-97, Jul-Dec. 2018.
- TOFETI, Alexandre; CAMPOS, Neio . Unidades de Conservação e o território no Brasil: estudos de caso em quatro biomas. *SOCIEDADE & NATUREZA (UFU. ONLINE)*, v. 31, p. 1-23, 2019.
- TRESSERRAS, J.; GUERRA, D. Estudio demanda internacional del Turismo Arqueológico. Palestra. In: *CONGRESO INTERNACIONAL DE TURISMO ARQUEOLÓGICO*, 4., Trujillo, Peru, 2009.
- UNESCO. World Heritage Centre. Policy document on the impacts of climate change on world heritage properties. Paris, 2007.
- VELOSO, T. O aproveitamento turístico de sítios arqueológicos: O caso da APA CARSTE de Lagoa Santa/MG. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UNA, 2006.
- VIEIRA, Bruno Vitor de Farias. Era no tempo do coronel... "eu não concordo muito com isso não!": arqueologia pública e interpretações colaborativas sobre a "Fazenda São Victor", Piauí. Dissertação de Mestrado, UFS, Laranjeiras, 192 p., 2017.
- VIEIRA, P. Arqueologia subaquática musealizada: uma proposta de visitação ao sítio de vapor Pirapama, Recife. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2020.
- VITOR, A. G.. Os campos da memória e do patrimônio cultural: disputas, narrativas e representações. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 2, p. 53-66, 2020.
- ZANIRATO, S. H.. Patrimônio e identidade. Retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *REVISTA CPC (USP)*, v. 13, p. 7-33, 2018.

- ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.
- ZAMPARETTI, Bruna. Tem um sambaqui na minha rua! Multivocalização e experiência patrimonial: o exercício da Arqueologia Colaborativa. Tese de Doutorado, UFSC, 405 p. , 2023.

Recebido em: 30/01/2025
Aprovado em: 07/05/2025
Publicado em: 23/06/2025